ReGeo
ISSN: 2177-3246

# UMA ANÁLISE À INDÚSTRIA DO AUTISMO: UM OLHAR CRÍTICO

# AN ANALYSIS OF THE AUTISM INDUSTRY: A CRITICAL PERSPECTIVE

# UN ANÁLISIS DE LA INDUSTRIA DEL AUTISMO: UNA PERSPECTIVA CRÍTICA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-142

**Data de submissão:** 08/06/2026 **Data de publicação:** 23/07/2026

**Neemias Fraga Cunha Araújo**
Doutorando em Educação
Instituição: Universidade Federal da Bahia
E-mail: neemiasfraga@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-9382-8682
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2105745919116517

**Sidenise Estrelado Sousa**
Doutoranda em Educação
Instituição: Universidade Federal da Bahia
E-mail: sidenise.educacao@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-3945-8071
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3753658834003122

**Alessandra Santana Soares e Barros**
Pós-Doutora em Políticas Sociais
Instituição: Universidade Federal da Bahia
E-mail: alssb@ufba.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3347-6323
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8756649706124962

## RESUMO

Este texto propõe uma análise crítica sobre uma possível indústria do autismo, compreendendo como o aumento de diagnósticos de TEA está intrinsecamente ligado a dinâmicas econômicas capitalistas. Foi utilizado o materialismo histórico-dialético para argumentar que a necessidade de suporte das famílias foi capturada por um mercado de serviços e terapias que transforma o sofrimento psíquico em ativos financeiros. Através de dados do CDC e do Censo brasileiro, a obra ilustra como o laudo médico se tornou uma chave de acesso para garantir direitos básicos em um cenário de precarização do Estado. Essa lógica de mercantilização do cuidado pode acabar por fragmentar as lutas sociais, sendo assim, priorizando o lucro privado em detrimento de uma inclusão escolar e social verdadeiramente universal. Assim, o estudo tem como objetivo analisar e problematizar uma possível constituição e a consolidação de uma "indústria do autismo" na sociedade atual, utilizando o prisma da totalidade e da historicidade. Sua relevância social e política se encontram em expor a engrenagem que transforma a busca legítima por um diagnóstico em uma ferramenta de tensão. Essa dinâmica do capitalismo contemporâneo pode estar obrigando as famílias da classe trabalhadora a competirem entre si por serviços sociais e escolares essenciais, evidenciando uma contradição prática onde a busca por assistência acaba colaborando para a mercantilização da condição humana e sua transformação em ativo financeiro.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista. Diagnóstico do Autismo. Mercantilização. Educação. Inclusão Educacional.

**ABSTRACT**
This text proposes a critical analysis of a possible autism industry, understanding how the increase in ASD diagnoses is intrinsically linked to capitalist economic dynamics. Historical-dialectical materialism was used to argue that families' need for support was captured by a market of services and therapies that transforms psychological suffering into financial assets. Through CDC data and the Brazilian Census, the work illustrates how the medical report became a key to accessing basic rights in a scenario of state precarization. This logic of care commodification can end up fragmenting social struggles, thus prioritizing private profit at the expense of truly universal school and social inclusion. Thus, the study aims to analyze and problematize a possible constitution and consolidation of an "autism industry" in contemporary society, using the prism of totality and historicity. Its social and political relevance lie in exposing the machinery that transforms the legitimate search for a diagnosis into a tool of tension. This dynamic of contemporary capitalism may be forcing working-class families to compete with each other for essential social and educational services, revealing a practical contradiction where the search for assistance ends up collaborating with the commodification of the human condition and its transformation into a financial asset.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder. Autism Diagnosis. Commodification. Education. Educational Inclusion.

**RESUMEN**
Este texto propone un análisis crítico de una posible industria del autismo, entendiendo cómo el aumento en los diagnósticos de TEA está intrínsecamente vinculado a dinámicas económicas capitalistas. Se utilizó el materialismo histórico-dialéctico para argumentar que la necesidad de apoyo de las familias fue capturada por un mercado de servicios y terapias que transforma el sufrimiento psicológico en activos financieros. A través de datos del CDC y del Censo brasileño, la obra ilustra cómo el diagnóstico médico se convirtió en una clave de acceso a derechos básicos en un escenario de precarización estatal. Esta lógica de mercantilización del cuidado puede acabar fragmentando las luchas sociales, priorizando así la ganancia privada en detrimento de una inclusión escolar y social verdaderamente universal. Así, el estudio tiene como objetivo analizar y problematizar una posible constitución y consolidación de una "industria del autismo" en la sociedad contemporánea, utilizando el prisma de la totalidad e historicidad. Su relevancia social y política se encuentra en exponer la maquinaria que transforma la búsqueda legítima de un diagnóstico en una herramienta de tensión. Esta dinámica del capitalismo contemporáneo puede estar obligando a las familias de la clase trabajadora a competir entre sí por servicios sociales y educativos esenciales, revelando una contradicción práctica donde la búsqueda de asistencia acaba colaborando con la mercantilización de la condición humana y su transformación en un activo financiero.

**Palabras clave:** Trastorno del Espectro Autista. Diagnóstico del Autismo. Mercantilización. Educación. Inclusión Educacional.

## 1 INTRODUÇÃO

Quem acompanha o cotidiano da educação especial e da saúde pública no Brasil percebe, de imediato, um cenário duplo. De um lado, há uma visível efervescência: diagnósticos que se multiplicam nas escolas, laudos que chegam às secretarias e do outro, uma organização legítima, através dos movimentos sociais, de famílias e estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA que passam a buscar o espaço público para exigir direitos.

Como principal arma, o discurso torna-se uma das formas de dar forma às políticas públicas relacionadas à inclusão de estudantes com autismo, principalmente, no que diz respeito ao âmbito escolar. O diagnóstico passa a ser a chave de acesso para o mundo dos direitos. Esse cenário imediato é, frequentemente, interpretado como um avanço isolado de caráter mecânico, ou seja, de forma estática ou por leis fixas, para abordar fenômenos sociais e humanos, que no qual o aumento quantitativo de laudos é tomado, isoladamente, como prova de uma inclusão que, na materialidade das relações, na prática cotidiana escolar, ainda se revela frágil e desprovida de suporte real.

Contudo, essa materialidade da expansão diagnóstica, longe de ser um fenômeno puramente clínico, pode estar dialeticamente ligada a uma estrutura econômica que transforma a necessidade do cuidado em um nicho de mercado voltado à geração de rentabilidade.

Partindo desse pressuposto, o sofrimento psíquico e a diferença existencial – vivências historicamente enfrentadas pelos estudantes com autismo – são capturados pela engrenagem mercantil e podem ser convertidas em ativos financeiros. Esse processo ocorre à medida que a possibilidade de uma busca legítima por direitos é submetida a uma lógica de consumo, transformando a condição humana em mercadoria. A mercantilização resultante pode incidir de forma direta sobre as políticas públicas de inclusão, caracterizando o fenômeno que este trabalho conceitua como “indústria do autismo”.

Diante desse cenário de mercantilização, o problema central que move este trabalho emerge de uma contradição prática: como os discursos das famílias, principalmente, que historicamente pressionaram o Estado por assistência, acabam por colaborar por uma, possível transformação da existência humana em ativo financeiro por meio da expansão diagnóstica?

Para discutir essa contradição, este estudo adota o materialismo histórico-dialético, que não enxerga o autismo apenas como categoria médica abstrata, mas como um fenômeno vivido na sociedade de mercado. Investigar o autismo aqui significa, portanto, entender como ele é classificado e gerenciado dentro de uma lógica social que prioriza a rentabilidade sobre a dignidade humana.

Essa realidade impõe a necessidade de realizar esta pesquisa, que nasce não de um interesse puramente acadêmico, mas da urgência de decifrar o cenário institucional que se desenha no chão da

escola pública ou privada. Investigar esse fenômeno justifica-se porque a explosão de diagnósticos nas últimas décadas não pode ser lida apenas como um avanço da medicina, mas também como possibilidade de um reflexo de mudanças estruturais, levando em conta seus aspectos sociais e econômicos.

Para responder a essa realidade, o objetivo geral deste artigo compreender com as determinações materiais que impulsionam o crescimento dos diagnósticos de TEA no capitalismo contemporâneo e suas implicações nas políticas públicas de inclusão escolar consiste em analisar e problematizar, sob o prisma da totalidade[1] e da historicidade, os caminhos de constituição e consolidação de uma possível indústria do autismo na sociedade contemporânea e como objetivos específicos de, Identificar historicamente as determinações materiais e as mudanças nos critérios dos manuais diagnósticos; mapear as contradições[2] entre a busca por direitos e a captura dessa demanda pelo mercado privado; discutir, possíveis discursos dos movimentos sociais das pessoas com autismo na formulação de políticas públicas, principalmente no contexto escolar.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A EXPANSÃO DOS DIAGNÓSTICOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças – CDC agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, sediada na Geórgia, monitora há mais de duas décadas o número e o perfil de crianças com autismo em diversas comunidades americanas.

Quadro 1. Evolução da prevalência e dos marcos históricos do autismo nos EUA

| Ano | Prevalência estimada pelo CDC | Marco histórico/Mudança de critério |
|---|---|---|
| **1966** | 1 em 2.500 | Primeiras estatísticas de prevalência registradas pelo CDC. |
| **1987** | 1 em 1.400 | Aumento na prevalência registrada. |
| **2000** | 1 em 150 | Salto significativo na prevalência estimada. |
| **2008** | 1 em 88 | Nova queda na proporção (mais diagnósticos identificados). |

[1] A categoria de totalidade, no materialismo histórico-dialético, não significa a simples soma de todos os fatos existentes, mas a compreensão da realidade como um todo estruturado, vivo e dialético, onde nenhum fenômeno (como o autismo) pode ser compreendido isoladamente. Como assevera Kosik (1976, p. 43), "a totalidade concreta não significa todos os fatos, mas significa: realidade como um todo estruturado, no qual ou do qual qualquer fato [...] pode ser racionalmente compreendido".

[2] Na dialética marxista, a contradição não é um erro lógico ou uma falha de raciocínio, mas a própria força motriz da realidade histórica. Trata-se da unidade e luta dos opostos no interior de um mesmo fenômeno. No caso em tela, a contradição reside no fato de o laudo médico ser, simultaneamente, o instrumento indispensável para garantir a sobrevivência e os direitos da classe trabalhadora (polo emancipatório) e a engrenagem que alimenta o lucro e a acumulação do mercado financeiro da saúde (polo alienante).

| Ano | Prevalência estimada pelo CDC | Marco histórico/Mudança de critério |
|---|---|---|
| **2012** | 1 em 68 | Pico estatístico do período, gerando grande repercussão, polêmicas e questionamentos globais. |
| **2020** | 1 em 36 | Dados de 2020 publicados em 2023. |
| **2022** | 1 em 31 | Crianças de 8 anos de idade, dados de 2022 publicados pelo CDC em 2025 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base nos dados do CDC.

A evolução da prevalência do autismo nos Estados Unidos, que saltou de 1:2.500 em 1966 para o emblemático 1:68 em 2012 (e que hoje já supera a marca de 1:31), reflete uma profunda revolução no diagnóstico social. Esse crescimento foi impulsionado por uma expansão dos critérios médicos combinada aos marcos determinantes como a garantia de suporte escolar gratuito em 1991, que transformou o laudo médico na chave de acesso a direitos sociais e a implementação da triagem pediátrica obrigatória aos dezoito e vinte e quatro meses a partir de 2006. Portanto, a polêmica estatística em 2012 é, na verdade, o reflexo de um sistema de saúde pública e escolar que passou a lançar luz e a identificar indivíduos que sempre existiram na sociedade, mas que antes permaneciam invisibilizados ou erroneamente diagnosticados.

## 2.2 O CENÁRIO BRASILEIRO: ENTRE O AMADURECIMENTO DIAGNÓSTICO E A ESCASSEZ DO ESTADO (CENSO 2022)

Esse crescimento observado nos Estados Unidos não é um fato isolado, mas reflete uma tendência global de ampliação dos critérios de diagnóstico sobre autismo que repercute diretamente na realidade brasileira. No Brasil, o aumento no volume de laudos expõe uma contradição complexa: ao mesmo tempo em que aponta para um maior esclarecimento sobre o autismo, pressiona uma estrutura pública historicamente com problemas para atender as realidades sociais.

Quadro 2. Dados de prevalência do TEA no Brasil – Censo 2022

| Indicador / Grupo Demográfico | População com Diagnóstico (Absoluto) | Prevalência na População (%) |
|---|---|---|
| **População Total com TEA** | 2,4 milhões | 1,2% |
| **Gênero: Masculino (Homens)** | 1,4 milhão | 1,5% |
| **Gênero: Feminino (Mulheres)** | 1,0 milhão | 0,9% |
| **Faixa Etária Pico: 5 a 9 anos** | equivalente a 264,6 mil indivíduos | 2,6% |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base no Censo 2022.

Os dados de prevalência do autismo no Brasil revelados pelo Censo Demográfico 2022 apontam para um cenário de amadurecimento e, ao mesmo tempo, de grandes desafios para as políticas públicas de saúde e educação no país. Ao registrar que 1,2% da população brasileira (cerca de 2,4 milhões de pessoas) possuem o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Brasil se aproxima de patamares internacionais de conscientização, embora ainda reflita o peso do acesso desigual aos laudos.

Existe um mercado de clínicas, franquias de terapia padronizada e fundos de investimento que descobriu no sofrimento psíquico um nicho de acumulação lucrativo. O estudo ganha relevância social e política ao tentar expor essa engrenagem, demonstrando como a estrutura social presente pode usar, a busca deliberada por um diagnóstico, como ferramenta de tensão, obrigando as famílias da classe trabalhadora a competirem entre si por serviços sociais e, principalmente, escolares necessários.

O contexto que dá centralidade a esta investigação, em princípio, recusa os paradigmas tradicionais da sociologia funcionalista ou da psicologia. A pesquisa não trata o autismo como um desvio a ser adestrado para ajustar o indivíduo à produtividade do capital, nem como uma identidade abstrata descolada da realidade econômica. O paradigma metodológico adotado é o do materialismo histórico-dialético, é compreendido a partir da tese de que a dimensão epistemológica do conhecimento científico que permite a humanidade a sistematizar um conjunto de postulados acerca de como é possível conhecer a realidade natural e social, conforme Netto (2011 *apud* Martins; Lavoura, 2018, p. 225), a dimensão ontológica da realidade permite explicitar o que ela verdadeiramente é, constituindo-se histórica e socialmente pela atividade prática dos homens e seus discursos. É justamente na análise desses discursos e de como eles moldam a realidade institucional que a contribuição de Whyte (1995) se faz necessária. A autora provoca uma reflexão sobre como as mensagens e práticas institucionais impactam diretamente a percepção que o indivíduo tem de si:

> No uso comum do termo, discursos "dizem" algo; práticas institucionais implicam algo. Em algum nível, uma mensagem é transmitida. Como essa mensagem é compreendida? Como a prática discursiva se relaciona com a experiência subjetiva de pessoas com deficiência? A relação entre um tipo de objetificação por meio do discurso e o processo de subjetivação – a experiência de si mesmo e da situação de uma determinada maneira. (Whyte, 1995, n.p., tradução nossa).

Essa objetificação discursiva serve de base para a reificação[3] do sofrimento psíquico. Quando essa diferença existencial é capturada pela engrenagem mercantil descrita anteriormente, o sujeito é

[3] A reificação (*Verdinglichung*) é o desdobramento extremo do fetiche da mercadoria, teorizado originalmente por Karl Marx e sistematizado por GyörgyLukács em *História e Consciência de Classe* (2003). Significa o processo pelo qual as relações sociais entre pessoas assumem o caráter de coisas, e as qualidades humanas (como a subjetividade, a dor ou o desenvolvimento de uma criança autista) são transformadas em mercadorias quantificáveis e lucrativas.

convertido em um ativo financeiro a ser gerido por convênios e clínicas. Essa dinâmica, que reduz o humano à mercadoria, dialoga profundamente com a crítica à medicalização de Maria Helena Souza Patto, que desvela[4] como a ideologia transforma problemas estruturais da precarização social em disfunções individuais e biológicas através de discursos que mantêm com o real "uma relação ilusória, inversora, antitética de desconhecimento e uma relação perceptiva, reprodutora, tética, eficaz, de reconhecimento" (Sastre, 1974 *apud* Patto, 1984, p. 119).

Nesse cenário, o laudo de TEA assume, na atualidade, o papel de capital simbólico – na concepção de Bourdieu (1989) –, funcionando como um capital social legitimado que converte a subjetividade em prestígio e poder de barganha. O diagnóstico de autismo, assim, passa a operar como uma chave de acesso muito mais eficiente aos recursos do Estado do que outras categorias da educação especial, expondo as fraturas de um sistema que, em vez de garantir a universalidade do suporte, exige a posse de um rótulo específico para que as necessidades reais das pessoas autistas sejam minimamente reconhecidas.

## 2.3 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE DO AUTISMO E A MIGRAÇÃO DIAGNÓSTICO

O autismo não surgiu pronto nos manuais médicos contemporâneos. A história da categoria mostra que as fronteiras do que chamamos de atípico mudam de acordo com as necessidades institucionais de cada época. Já na década de 1920, na Rússia soviética, a psiquiatra Grunya Efimovna Sukhareva isolava traços de isolamento social e rigidez comportamental em crianças, pensando em mediações pedagógicas para o desenvolvimento delas. Sobre a evolução em longo prazo desses sujeitos, a psiquiatra conclui:

> Os resultados do nosso estudo sobre a dinâmica das psicopatias confirmaram a nossa suposição sobre a possibilidade de uma cura social profunda e de compensação para as manifestações patológicas na personalidade de uma criança psicopática, sob a influência de condições ambientais favoráveis e de um trabalho médico e pedagógico correto. (Sukhareva, 1930, p. 11, tradução nossa).

Anos depois, no ocidente, as publicações de Leo Kanner e Hans Asperger deram contornos mais rígidos a essas descrições. O que importa notar nessa trajetória é que a classificação de um sujeito nunca é um ato puramente neutro ou biológico; ela responde a como as instituições escolares e de saúde definem quem está apto ou não para o trabalho e para a vida social.

[4] Categoria de desvelamento (ou o ato de desvelar a essência), no referencial marxista e na crítica dialética da sociedade, significa o esforço metodológico de superar a "pseudoconcreticidade" – isto é, a manifestação fenomênica, imediata e aparente da realidade que oculta as suas determinações estruturais.

Para compreender o aumento expressivo de diagnósticos nas últimas décadas sem recorrer a explicações simplistas, convém resgatar as contribuições de Ian Hacking (2009) sobre a dinâmica das classificações humanas. O autor argumenta que as categorias científicas e estatísticas nunca são neutras. Em um processo que denomina como *makinguppeople* (ou "moldando pessoas"), Hacking demonstra que o conhecimento dos especialistas retroalimenta a sociedade: à medida que novas classificações institucionais e médicas são criadas, os indivíduos passam a se descrever e a se reconhecer nelas, ajustando seus comportamentos e atitudes. No contexto deste estudo, essa dinâmica conceitual ajuda a explicar a transição dos manuais diagnósticos, a exemplo do DSM-5, que expandiu e unificou realidades clínicas sob o termo genérico de 'espectro', gerando um efeito de retroalimentação em que a busca por direitos sociais reformula constantemente as próprias fronteiras e a prevalência da categoria médica.

Quadro 3. Evolução do diagnóstico do autismo nos manuais DSM

| Edição/Ano (DSM) | Nomenclatura e categoria | Principais mudanças e critérios diagnósticos |
|---|---|---|
| **DSM-I (1952)** | Reação Esquizofrênica tipo Infantil | O autismo ainda não possuía uma classificação própria, sendo listado e compreendido apenas como um sintoma da "Reação Esquizofrênica tipo Infantil" |
| **DSM-II (1968)** | Esquizofrenia tipo Infantil | Houve uma mudança na terminologia, mas o manual não apresentou alterações significativas nos critérios clínicos em relação à edição anterior, mantendo a vinculação com a esquizofrenia |
| **DSM-III (1980)** | Transtorno Autista (TID) | Marco de mudança de paradigma e rompimento com a tradição psicanalítica. O autismo ganhou designação própria e foi incluído na categoria de Transtornos Invasivos de Desenvolvimento (TID). Os critérios passaram a ser descritivos, baseados na observação de sintomas clínicos evidenciados por Kanner e Rutter |
| **DSM-IV e DSM-IV-TR (1994/2002)** | Transtornos Invasivos de Desenvolvimento (TID) | Ganhou uma perspectiva de desenvolvimento mais clara, evidenciando relações com déficits cognitivos. Agrupava vários diagnósticos sob o guarda-chuva dos TID. O diagnóstico exigia a separação da interação social e da comunicação, requerendo ao menos dois sintomas na área de interação social, um na comunicação e um na área de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados |
| **DSM-5 (2013)** | Transtorno do Espectro Autista (TEA) | O autismo passa a ser considerado um transtorno do neurodesenvolvimento em formato de espectro, absorvendo os diagnósticos anteriores de TID em uma única categoria (TEA). Rompeu com o modelo multiaxial. Os domínios de interação social e comunicação foram aglutinados num único eixo ("comunicação social e reciprocidade socioemocional'), e houve a consolidação e ampliação da ênfase no padrão restrito e repetitivo de comportamento. A gravidade passa a ser classificada em Níveis (I, II e III) de acordo com o nível de apoio necessário |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em APA (2014)

Ao explicar a transição entre o DSM-IV e o DSM-5, vale ressaltar que os manuais mais antigos separavam a comunicação da interação de forma mais descritiva, enquanto o DSM-5 faz um

agrupamento mais conceitual e retira a linguagem oral estruturada como eixo central, focando na linguagem funcional/pragmática. Além disso, a mudança de nomenclatura no DSM-5 refletiu a ideia de variação de funcionalidade no espectro (necessidade de apoio) em contraste à antiga separação em subgrupos autônomos.

Essa mudança de critérios poderia, em tese, oferecer uma explicação para o que se observa, de maneira distante, como uma migração diagnóstica nas escolas. Nessa perspectiva, seria possível considerar que, no contexto desse olhar da chamada "indústria do autismo", estudantes anteriormente identificados sob categorias como deficiência intelectual ou dificuldades de aprendizagem possam estar sendo, hipoteticamente, reclassificados com o diagnóstico de TEA.

Enquanto as matrículas de estudantes com deficiência intelectual apresentam quedas em vários registros históricos desde os anos 2000, as notificações de autismo sobem na mesma proporção. Dizer isso não significa negar a base neurobiológica do autismo ou afirmar que ele é uma invenção da cabeça dos médicos. Significa reconhecer que a forma de acessar o mínimo de bem-estar social no Brasil passou a depender dessa "chave" diagnóstica.

Ao inflar a base de diagnósticos, o capitalismo contemporâneo encontrou também um novo mercado de consumo. A necessidade real da família de ver seu filho acolhido e desenvolvido. Entra na lógica da transformação de uma necessidade em mercadoria, conforme descrito por Marx (1983). O valor de uso do cuidado pedagógico e terapêutico pode ser engolido pelo valor de troca. Clínicas privadas, franquias de terapias comportamentais padronizadas, pacotes de intervenção fechados e indústrias farmacêuticas passam a tratar o corpo e a subjetividade da criança com diagnóstico, como fontes permanentes de lucro, financiadas pela exaustão financeira das famílias ou pela judicialização dos planos de saúde.

> Estima-se, portanto, que cada pessoa com autismo poderá ser exposta a mais de 15 tratamentos ao longo da vida. Fato alarmante é que muitas dessas práticas podem não produzir qualquer efeito benéfico, ou, ainda, acarretar prejuízos ao indivíduo e suas famílias (Nunes; Schmidt, 2019, p. 4).

Esse dado evidencia uma das faces da indústria do autismo: a transformação da busca legítima por cuidado em um mercado fragmentado de consumo terapêutico compulsório. Longe de representar um suporte integral, essa saturação de práticas sem lastro científico ou eficácia comprovada funciona como um dispositivo de desgaste físico, emocional e financeiro, gerando uma sobrecarga individual e familiar que pode atender muito mais à lógica da lucratividade e do giro de capital desse nicho mercadológico do que às reais necessidades de desenvolvimento e bem-estar do sujeito autista.

### 2.4 A ESCASSEZ DO ESTADO E O FETICHE DO LAUDO

É nesse ponto que o trabalho das famílias da classe trabalhadora revela sua maior contradição. A busca por um laudo médico não é um capricho, mas um ato de desespero e sobrevivência. Sem o papel timbrado, a criança muitas vezes não tem direito ao mínimo que é a sua permanência na escola regular. O diagnóstico opera, então, como um fetiche necessário. Tomando de empréstimo à lógica marxista da fetichização, o papel assinado pelo médico parece possuir uma força mágica própria para gerar o direito, escondendo o fato de que a falta de professores, a precarização das salas de aula e a ausência de terapeutas são escolhas políticas de um Estado que optou pela contenção de gastos.

A armadilha ideológica se completa quando a universalização dos laudos passa a ser confundida com a universalização da igualdade social. Como aponta Patto (1984), a medicalização limpa o terreno político: transforma problemas que nascem da pobreza, da falta de infraestrutura e da jornada exaustiva dos pais em disfunções individuais que se resolvem com remédio ou com um número fixo de horas terapêuticas semanais. Transfere-se para a clínica a responsabilidade de solucionar o que a estrutura social impede.

Essa dinâmica tem consequências para a organização política dos movimentos sociais. Quando o Estado joga a responsabilidade da distribuição desses recursos apenas na apresentação do diagnóstico, sem avaliar as condições socioeconômicas reais de cada sujeito, ele cria uma concorrência entre suas classes. Um estudante de suporte nível 1 de uma família de classe média alta tem necessidades radicalmente diferentes de uma criança de suporte nível 3 cujos pais vivem na periferia sem saneamento básico. No entanto, na engrenagem burocrática, ambos disputam a mesma política pública, que se encontra, em uma profunda contradição social.

O resultado não é a proteção do sujeito, mas a fragmentação das lutas. Em vez de uma mobilização conjunta por uma escola pública universal, de qualidade e que acolha a todos, os grupos são empurrados para uma defesa corporativista de suas próprias siglas diagnósticas. A hiperinflação desse mercado do diagnóstico acaba, ao mesmo tempo, drenando o fundo público para a iniciativa privada e isolando outras deficiências que não possuem o mesmo apelo midiático ou o mesmo capital simbólico, deixando a base da classe trabalhadora exposta ao desamparo e à precarização crônica.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da “indústria do autismo” revela uma contradição estrutural. De um lado, o diagnóstico é a ferramenta imediata de sobrevivência e garantia de direitos para as famílias da classe trabalhadora; de outro, essa mesma necessidade real é capturada pelo mercado e transformada em um negócio rentável.

Por um lado, é preciso respeitar e defender a luta das famílias da classe trabalhadora pelo laudo médico. Na falta de investimentos e em um Estado que corta gastos o tempo todo, o diagnóstico não é um mero rótulo burocrático. Ele é a única arma que os familiares têm para exigir que a escola pública ofereça um mediador ou que o sistema de saúde dê algum atendimento. No contexto social, dizer que o autismo é apenas uma "invenção" ou uma "construção da cabeça dos médicos" seria uma enorme irresponsabilidade, além de uma crueldade com quem vive o dia a dia do sofrimento psíquico e da falta de apoio.

Por outro lado, não dá para ser ingênuo. Essa necessidade real de acolhimento foi capturada pelo mercado e transformada em um negócio rentável. Clínicas particulares, terapias padronizadas vendidas em pacotes fechados e planos de saúde transformaram o cuidado em mercadoria.

A lógica neoliberal conseguiu fazer com que o direito à cidadania fosse confundido com o dever de consumir laudos e tratamentos particulares. Ao mesmo tempo, quando o Estado usa o diagnóstico como a única chave para distribuir direitos escassos, ele joga a responsabilidade nos ombros das organizações de constituição familiar, que passam a competir entre si por orçamentos. O resultado é a fragmentação das lutas: em vez de uma mobilização unificada por serviços públicos universais, os grupos acabam se isolando em disputas corporativistas.

A pergunta que fica não é sobre a validade do diagnóstico ou sobre quem precisa mais de serviços. A questão é mais profunda: porque aceitamos que a natureza humana seja mediada por um laudo médico mercantilizado? Por que permitimos que o Estado administre os recursos e que as famílias provem, através do laudo médico, que tem direito a existir na escola pública?

Criticar a mercantilização do autismo não é se opor à luta por direitos, ou atacar as pessoas com autismo ou a sua organização política. Pelo contrário, é o único caminho para defendê-los. Enquanto o cuidado for tratado como commodity e o orçamento público for drenado para o lucro privado, as famílias mais pobres da periferia continuarão desamparadas. A ciência cumpre o seu papel real não quando traz respostas prontas para acalmar a consciência, mas quando expõe as entranhas do problema para que a gente possa transformá-lo.

## REFERÊNCIAS

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HACKING, I. Entrevista com Ian Hacking. Entrevistadores: Paul Kennedy e David Cayley. Tradução e Apresentação: Luciana Vieira Caliman e Rogério Gomes de Almeida. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 465-470, 2009.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, sep./oct. 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.59428.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NUNES, D. R. P.; SCHMIDT, C. Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências à escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 173, p.84-104, 2019.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SUKHAREVA, G. E. Die schizoiden Psychopathienim Kindesalter (Asperger'sSyndrome in Childhood). **Monatsschriftfür Psychiatrieund Neurologie**, v. 60, p. 235-247, 1926. Tradução livre do autor.